



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

## TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI 14.133/2021  
(Modelo AGU atualizado em maio/2023)

(Processo Administrativo nº0006246-79.2023.4.01.800 6)

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **empresa para prestação de serviços de rede corporativa de longa distância (WAN)** que visam a interligação das redes da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), em Goiânia, às suas unidades metropolitanas e a todas as suas Subseções Judiciárias no interior do estado de Goiás (SSJ), com redundância de links e balanceamento de carga entre eles, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Velocidade (Mbps)	Catmat	Un	Qtd	Valores (R\$)		
							Unitário mensal	12 meses	30 meses
1	1	Link MPLS agregador na Capital	800	25135	mês	30	4.052,37	48.628,44	121.571,10
	2	Link MPLS Almoxarifado Central	50	25135	mês	30	1.062,45	12.749,40	31.873,50
	3	Link MPLS Subseção de Anápolis	150	25135	mês	30	1.384,18	16.610,16	41.525,40
	4	Link MPLS Subseção de Formosa	100	25135	mês	30	1.301,56	15.618,72	39.046,80
	5	Link MPLS Subseção de Itumbiara	100	25135	mês	30	1.301,56	15.618,72	39.046,80
	6	Link MPLS Subseção de Jatai	100	25135	mês	30	1.301,56	15.618,72	39.046,80
	7	Link MPLS Subseção de Luziânia	100	25135	mês	30	1.301,56	15.618,72	39.046,80
	8	Link MPLS Subseção de Rio Verde	100	25135	mês	30	1.301,56	15.618,72	39.046,80
	9	Link MPLS Subseção de Uruaçu	100	25135	mês	30	1.301,56	15.618,72	39.046,80
2	10	Locação Appliance SD-WAN Tipo 1 Ed. Sede Goiânia		26999	mês	30	2.776,28	33.315,36	83.288,40
	11	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Almoxarifado Central		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	12	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Anápolis		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	13	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Formosa		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	14	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Itumbiara		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	15	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Jatai		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	16	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Luziânia		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	17	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Rio Verde		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
	18	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Uruaçu		26999	mês	30	978,73	11.744,76	29.361,90
3	19	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Almoxarifado Central	150	26484	mês	30	2.014,07	24.168,84	60.422,10
4	20	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Anápolis	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
5	21	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Formosa	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
6	22	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Itumbiara	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
7	23	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Jatai	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
8	24	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Luziânia	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
9	25	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Rio Verde	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
10	26	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Uruaçu	400	26484	mês	30	3.602,06	43.224,72	108.061,80
Totais							52.142,97	625.715,64	1.564.289,10

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 meses** a partir da data de recebimento definitivo da solução, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o fornecimento desse serviço é imprescindível para a prestação jurisdicional, pois são esses links que mantêm a comunicação entre as unidades da SJGO, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar

1.4. O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física que assinará o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação do Pregão Eletrônico**, para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

a) acessar o link [SEI Acesso para Usuários Externos](#), clicar "[Clique aqui para se Cadastrar](#)" seguir as orientações e enviar os documentos;

- b) em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação **completa** requerida e na forma solicitada;
- c) o acesso será liberado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo de extrema importância o envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de '*Cadastro do usuário pendente*';
- d) uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação para assinatura;
- e) as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail **secon.go@trf1.jus.br**

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada na especificação técnica anexa aos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em solução de comunicação de dados para a interligação da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), em Goiânia, às suas unidades metropolitanas e a todas as suas Subseções Judiciárias no interior do estado de Goiás (SSJ), com redundância de links e balanceamento de carga entre eles, nos termos da tabela abaixo. O serviço engloba instalação, configuração de equipamentos, de enlaces de comunicação e gerenciamento pró-ativo contra falhas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

item	Descrição	Velocidade (Mbps)
1	Link MPLS Ed. Sede em Goiânia	800
2	Link MPLS Almojarifado Central	50
3	Link MPLS Subseção de Anápolis	150
4	Link MPLS Subseção de Formosa	100
5	Link MPLS Subseção de Itumbiara	100
6	Link MPLS Subseção de Jatai	100
7	Link MPLS Subseção de Luziânia	100
8	Link MPLS Subseção de Rio Verde	100
9	Link MPLS Subseção de Uruaçu	100
10	Locação Appliance SD-WAN Tipo 1 Ed. Sede Goiânia	
11	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Almojarifado Central	
12	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Anápolis	
13	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Formosa	
14	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Itumbiara	
15	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Jatai	
16	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Luziânia	
17	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Rio Verde	
18	Locação Appliance SD-WAN Tipo 2 Uruaçu	
19	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Almojarifado Central	150
20	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Anápolis	400
21	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Formosa	400
22	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Itumbiara	400
23	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Jatai	400
24	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Luziânia	400
25	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Rio Verde	400
26	Internet IP dedicado, simétrica, 1 ip reservado Uruaçu	400

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se em razão da necessidade da continuidade do fornecimento desse serviço que é imprescindível para a prestação jurisdicional, pois são esses links que mantêm a comunicação entre as unidades da SJGO. e o contrato atual (17984773) findará em 06/05/2024 (17984773).

3.2. Ressalta-se que essa estrutura física comunica-se através de uma rede segura de dados que proporciona a comunicação de todos os seus sistemas, dados, vídeo e voz em uma mesma Rede de Dados de forma segura entre todas suas estruturas físicas da SJGO, uma vez que propicia que todos os dados modais funcionem de forma integrada, rápida e objetiva, encurtando distâncias em sua comunicação e contribuindo para a prestação dos seus serviços internos e aos seus usuários externos.

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3.4. A contratação de serviços técnicos de longa distância (Rede WAN) que visam a interligação das redes do Edifício-Sede, Almoxarifado Central/Arquivo Judicial e Subseções para a SJGO está contemplada nos Objetivos do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, período 2021-2026, item 1 do Anexo I da [Res. CJF 685 de 15.12.2020](#), iniciativa "Disponibilizar soluções de infraestrutura, recursos e serviços de TIC para melhoria contínua dos processos de trabalho e áreas de negócio".

3.5. Também atendem o "Objetivo 8: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas, " previsto na alínea "c" do art. 2º da [Resolução Nº 370 de 28/01/2021](#), que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), para o sexênio 2021-2026.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Requisitos de Capacitação

4.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

### Requisitos Legais

4.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022 e a outras legislações aplicáveis, conforme previsto no ETP.

### Requisitos de Manutenção

4.3. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.3.1. A fornecedora da Solução prestará suporte técnico em todas as localidades, e edificações nas localidades, onde forem instalados os links, para garantir a continuidade e manutenção do negócio;

4.3.2. O suporte poderá ser remoto em casos de (re)configuração de equipamentos e necessariamente presencial em casos de intervenções "mecânicas", tais como rompimento de cabos e troca de equipamentos;

4.3.3. A CONTRATANTE providenciará, a pedido da CONTRATADA, rotas **temporárias** em seus firewalls para atividades **eventuais** de configuração remota.

### Requisitos Temporais de Projeto e de Implementação

4.4. A CONTRATADA deverá em, no máximo, de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, finalizar a implantação de todos os circuitos e equipamentos que compõem a solução de comunicação de dados da Seção Judiciária de Goiás e de suas Subseções Judiciárias.

4.5. A implantação obedecerá a seguinte ordem:

prazo (dias)	evento	
0	1	Assinatura do contrato
3	2	reunião kick-off
5	3	apresentação do projeto executivo
3	4	aprovação do projeto executivo e emissão da ordem de serviço
90	5	Implantação dos Links MPLS da Seção Judiciária de Goiás e Subseções Judiciárias
		Implantação dos Links Internet das Subseções Judiciárias
3	6	Testes dos links
2	7	Termo de recebimento provisório
5	8	Período de funcionamento experimental
2	9	Termo de recebimento definitivo
5	10	Início do Faturamento

4.6. A CONTRATADA deverá agendar uma reunião de kick-off em até três dias após a assinatura do contrato

4.7. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano do Projeto contendo o cronograma de implantação e migração dos serviços em no máximo 5 (cinco) dias corridos contados a partir da reunião de kick-off;

4.8. O Plano do Projeto de implantação e migração deverá ser aprovado pela CONTRATANTE, em até 3 (três) dias corridos após sua apresentação;

4.8.1. O Plano do Projeto de implantação e migração deverá ser elaborado de forma a não influenciar na rede de dados hoje instalada e sem interrupção dos serviços existentes;

4.8.2. O Plano de Projeto deverá contemplar cronograma estimativo das ativações dos circuitos, considerando os critérios a seguir:

4.8.2.1. Prazo de 90 (noventa) dias corridos para implantação de toda a rede de dados, a partir da aprovação do Plano de Projeto e emissão da(s) Ordem(s) de Serviço;

4.8.2.2. O período de teste de cada um dos circuitos não estará sujeito à remuneração de nenhum tipo, podendo estes ser utilizados até aceite final, observando os critérios descritos no item 4.10 - Testes dos Circuitos;

4.9. O início da implantação dar-se-á somente após a aprovação, pela CONTRATANTE do Plano do Projeto;

4.10. Testes dos Circuitos - Após a ativação de cada um dos circuitos terá a início a fase de testes, requisito para aceitação;

4.11. Não existe prazo definido para realização dos testes, que poderão se estender até perfeito funcionamento do circuito;

4.12. Os equipamentos serão recusados caso sejam entregues com especificações diferentes das constantes do Edital ou da proposta da CONTRATADA ou quando apresentarem defeito durante os testes de conformidade;

4.13. Os testes de aceitação dos serviços de rede serão compostos, no mínimo, por testes de:

4.13.1. Conectividade e funcionamento;

4.13.2. Testes da solução de gerência da rede;

4.14. A aceitação ocorrerá caso os resultados dos testes estejam conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e vinculado à entrega de 100% (cem por cento) dos circuitos contratados.

4.15. Um enlace da rede será considerado aceito, nos testes de conectividade, caso:

4.15.1. Os indicadores Taxa Perda de Pacotes (TPP) e Latência da Rede (LR) estiverem dentro dos , níveis mínimos de serviço (NMS) indicados no Anexo I ao termo de referência;

4.15.2. A transação padrão de um sistema corporativo on-line, a ser definido pela CONTRATANTE, puder ser completada com sucesso, dentro das características da aplicação;

4.15.3. For possível a navegação pela Intranet da CONTRATANTE;

4.15.4. Para o serviço de voz sobre IP (VoIP) for possível originar e receber ligações.

4.16. Um enlace da rede será considerado aceito, nos testes da solução de gerência de rede, caso se mostrem presentes as funcionalidades e relatórios, do sistema de gerência da CONTRATADA, exigidos no Item 11 da Especificação Técnica;

4.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.18. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

#### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.19. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

4.19.1. A comunicação pelos links internet será criptografada para garantir sigilo dos dados na sua passagem pela rede mundial.

4.19.2. Adicionalmente será acrescida a criptografia nos links MPLS.

#### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.20. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.20.1. Observação das normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o disposto na [Resolução CNJ nº 400 de 16/06/2021](#), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

4.20.2. Não se aplica requisito social ou cultural, pois esta aquisição não implicará em mudança nos termos de uso da rede.

4.20.3. Não se aplica requisito ambiental, pois esta aquisição não requer adaptações no ambiente e nem requer necessidade de remanejamento de equipamentos que causem impactos no ambiente.

#### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.21. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.22. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

#### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.23. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

#### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.24. Os serviços de suporte técnico, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

#### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.25. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

#### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.26. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.27. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.28. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma:

- 4.28.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a Seção Judiciária de Goiás um número único nacional não tarifado (0800) e um portal na internet, para abertura de chamados de suporte técnico e acompanhamento dos níveis de serviços prestados. Entende-se por portal, ferramenta de gerência acessível pela internet, com acesso restrito através de usuário/senha eletrônica e utilizando-se de protocolo HTTPS.
- 4.28.2. A CONTRATADA deve fornecer número de protocolo após a abertura de chamado, considerando quaisquer das modalidades de abertura.
- 4.28.3. A Central de Atendimento ou canal de aplicativo de troca de mensagens deve estar à disposição da CONTRATANTE para recebimento de reclamações e solicitações de serviços no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.
- 4.28.4. As informações relativas aos chamados deverão ser atualizadas automaticamente sempre que houver alguma alteração em sua situação. O tipo de informação acerca do chamado deve obedecer: a Identificação do chamado (Id), Identificação do circuito e acesso, data e hora da abertura, Tipo da Ocorrência (indisponibilidade, retardo, taxa de erro e taxa de perda). No fechamento do chamado: Identificação do chamado (Id), Data e hora do fechamento, Indicativo de procedência e improcedência. Em pendência: Identificação do chamado (Id), Data e hora de início, Data e Hora de fim.
- 4.28.5. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato na CONTRATANTE que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.
- 4.28.6. Chamados para indisponibilidade de qualquer link devem ser abertos automaticamente.
- 4.29. O portal de acompanhamento dos serviços deverá possuir acesso aos históricos dos registros das ocorrências e registros de solicitações e reclamações enviadas pela Seção Judiciária de Goiás em relação aos serviços prestados.
- 4.30. O portal de acompanhamento dos serviços deverá possibilitar que sejam visualizados e impressos os relatórios das informações de desempenho a respeito da malha dos serviços prestados.
- 4.31. O portal de gerenciamento poderá ser constituído de um ou mais softwares de gerenciamento e deverá prover, no mínimo, as seguintes informações:
- 4.31.1. Disponibilidade diária dos circuitos, em percentual;
  - 4.31.2. Consumo de banda dos enlaces (entrada e saída) com os valores médios e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, separados por semana e dia;
  - 4.31.3. Consumo de banda por classe de serviço com os valores médios e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, separados por semana e dia;
  - 4.31.4. Latências dos enlaces com valores instantâneos, médios e de pico dos últimos 90 (noventa) dias;
  - 4.31.5. Percentuais de ocupação de CPU e memória dos roteadores, instantâneos e médias dos últimos 90 (noventa) dias.
- 4.32. Todos os equipamentos destinados ao funcionamento do serviço, alocados em ambiente da CONTRATADA, deverão ser acessíveis a partir de plataformas de gerenciamento SNMP, localizadas na rede interna da Seção Judiciária de Goiás.
- 4.33. Os agentes SNMP instalados nos equipamentos deverão suportar mensagens nas versões v1, v2 e v3, para realização de consultas de objetos da MIB II (RFC1213) e da host-resources-MIB (RFC1514).
- 4.34. Após a assinatura do contrato, a Seção Judiciária de Goiás informará à CONTRATADA os endereços IP dos seus sistemas de gerenciamento da rede (NMS) que deverão estar autorizados a realizar consultas SNMP (get) nos equipamentos da rede, receber traps SNMP e o nome da comunidade (community string) que deverá ser configurado.
- 4.35. Todos os equipamentos destinados ao funcionamento da rede, alocados em ambiente da CONTRATADA, deverão ser capazes de encaminhar mensagens syslog para plataformas de armazenamento de logs, localizadas na rede interna da Seção Judiciária de Goiás.
- 4.36. Após a assinatura do contrato, a Seção Judiciária de Goiás informará à CONTRATADA os endereços IP dos seus sistemas de armazenamento que deverão receber as mensagens syslog.
- 4.37. Deverá ser disponibilizada geração e emissão de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços, dos níveis de serviço contratados e validação das faturas.
- 4.38. O serviço de gerenciamento deve atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo a qualidade do serviço estabelecida no **Anexo I – Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho no serviço de rede, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante toda a vigência do contrato.
- 4.39. A indisponibilidade dos dados de gerência (coleta não realizada, dados não acessíveis) poderá ser contabilizada como indisponibilidade do(s) serviço(s) associado(s), passível de desconto, no período em que os dados não forem coletados ou ficarem inacessíveis, caso isto implique em perda de dados de gerenciamento.
- 4.40. A CONTRATADA deverá disponibilizar, ainda, um número de telefone à Seção Judiciária de Goiás para contato com a área de 1º nível para solução de problemas urgentes que necessitem a atuação imediata, tais como: reinício de interfaces de roteadores, alteração de descrição de interfaces, conferência de aplicação de políticas nos roteadores, ativação de modo debug de forma temporário para diagnóstico, configuração de velocidade e modo de operação de interfaces, elaboração de listas de acesso temporárias e reinício de equipamentos.
- 4.41. A solução de gerenciamento deve possuir ferramenta capaz de receber e analisar tráfego dos roteadores e appliances SD-WAN utilizando Netflow, IPFIX ou similar.
- 4.42. A solução deve ser dimensionada para suportar o tráfego de todos os links MPLS desta especificação técnica.
- 4.43. Deve ser capaz de agrupar os tráfegos em aplicações utilizando pelo menos os seguintes critérios, redes de origem/destino,

protocolo da camada de transporte, lista de porta de origem/destino da camada de transporte. Deve ser possível visualizar gráficos de cada link separando o tráfego com base nas aplicações em cores diferentes. Deve ser possível atualizar o gráfico omitindo/mostrando cada uma das aplicações.

4.44. Deve ser capaz de agrupar os tráfegos em classes de QoS. Deve ser possível visualizar gráficos de cada link separando o tráfego com base nas classes de QoS com em cores diferentes. Deve ser possível atualizar o gráfico omitindo/mostrando cada uma das classes de QoS.

4.45. Deve permitir o agrupamento de interfaces de hosts diferentes, formando uma interface agregada para fins de detalhamento de tráfego.

4.46. Deve apresentar em gráficos separados o tráfego de entrada e de saída de cada link.

4.47. Deve permitir a elaboração de relatórios dos fluxos de comunicação em que deve ser possível verificar IP de origem e destino, protocolo da camada de transporte, porta de origem e destino da camada de transporte.

4.48. A execução do serviço dever ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

#### Vistoria

4.49. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.49.1. A proponente poderá efetuar agendamento para vistoria através dos contatos elencados na Especificação Técnica anexa.

4.49.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, o licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência de futura contratação;

#### Subcontratação

4.50. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.50.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.50.2. A subcontratação fica limitada aos links internet nas Subseções.

4.51. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

#### Garantia da Contratação

4.52. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.53. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.53.1. O objeto da contratação compreende solução de comunicação de dados para a interligação da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), em Goiânia, às suas unidades metropolitanas e a todas as suas Subseções Judiciárias no interior do estado de Goiás (SSJ), com redundância de links e balanceamento de carga entre eles, nos termos da tabela abaixo. O serviço engloba instalação, configuração de equipamentos, de enlaces de comunicação e gerenciamento pró-ativo contra falhas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

4.53.2. Serão contratados **apenas serviços**, sem aquisição de equipamentos ou insumos.

4.53.3. A relação das unidades da Justiça Federal de Goiás que deverão pertencer à rede é apresentada no abaixo:

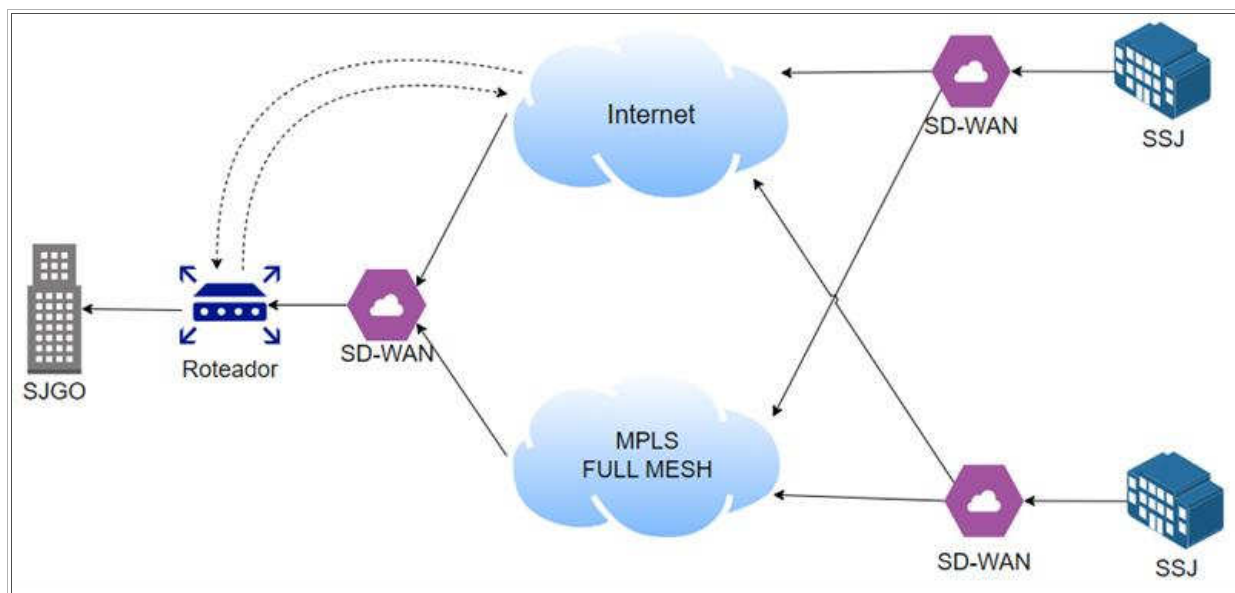
LOCAL	SITE	ENDEREÇO	CONTATO
Goiânia	Edifício Sede	Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090	(62) 3226-1642
Goiânia	Almoxarifado	Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 06, Setor Empresarial, CEP: 74583-350	(62) 3226-1642
Anápolis	ANS	Av. Universitária, Quadra 02, Lote 05, Jardim Bandeirante, CEP: 75083-035	(62) 4015-8612
Formosa	FRM	Rua Itiquira, nº 1000, esq. com Rua Lindolfo Gonçalves, Setor Nordeste, CEP: 73807-145	(61) 3631-4416
Itumbiara	IUB	Avenida João Paulo II, nº 185 (Térreo do Edifício do Fórum), Bairro Ernestina Borges de Andrade, CEP 75528-370	(64) 2103-6402
Jataí	JTI	Rua Nicolau Zaidem, nº 1135, Qd. 45 (antigo Fórum da cidade), Vila Fátima, Centro, CEP 75803-055	(64) 2102-2102
Luziânia	LZA	Rua Dr. João Teixeira, Quadra 73, Lote 21-A, nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, CEP: 72.800-440	(61) 2104-3507
Rio Verde	RVD	Av. Universitária, Quadra 11, Lote 17-B, nº 359, Jardim Presidente, CEP: 75901-970	(64) 3211-8601
Uruaçu	URC	Av. Tocantins, nº 17, Qd. 07, Lt.16, Setor Central, CEP: 76400-000	(62) 3357-1070

#### 4.53.4. TOPOLOGIA DA SOLUÇÃO

4.53.5. A Justiça Federal de Goiás foi dividida em 2 tipos conforme a /capacidade de seus links. Apenas para referência, a SJGO possui até 800 (oitocentos) usuários simultâneos e as Subseções Judiciárias possuem até 40 (cinquenta) usuários simultâneos.



4.53.6. Foi elaborada uma topologia lógica da solução. Para simplificar o diagrama, foram demonstradas apenas 2 SSJ da CONTRATANTE.



4.53.7. Descrevendo a topologia da figura acima, existirá apenas uma saída para a rede mundial, instalada na Capital, para onde todas as subseções convergem. O roteador central direcionará o tráfego para o datacenter ou rede mundial, conforme o serviço solicitado.

4.53.7.1 As subseções usarão os links internet locais apenas como um segundo meio para chegar à Capital, não para acessar a rede mundial;

4.53.7.2 Cada SSJ possuirá dois caminhos para chegar à Capital, um pela rede MPLS e outro pelo link internet local;

4.53.7.3 Em condições normais, o tráfego será balanceado entre os dois meios; Em caso de falha, o tráfego será concentrado pelas appliances da contratada, **automaticamente e sem interrupção**, para o meio restante;

4.53.8. O roteador central é de propriedade da JFGO e já se encontra instalado.

4.53.9. As demais características da contratação encontram-se no anexo II (Especificações Técnicas).

4.53.10. Os equipamentos deverão ser dimensionados, fornecidos, instalados e configurados, pela CONTRATADA, garantindo-se o desempenho e os níveis de serviços contratados.

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### 5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.2. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.3. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.4. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.5. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.6. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.7. fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.2.8. A CONTRATADA deverá se comprometer com o atendimento eventual de futuros sítios, a critério da **JFGO**, nas mesmas condições técnicas e de preço oferecidos para o objeto deste edital, bem como expansão de bandas de comunicação, respeitados os limites legais e técnicos, bem como os prazos estipulados no **Anexo I do Anexo II - Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**. Da mesma maneira, a **JFGO** poderá solicitar a desativação do serviço prestado a qualquer sítio, bem como mudança de local de prestação dos serviços. Entende-se por mudanças de local de prestação dos serviços a mudança de endereços de instalação dos equipamentos e acessos dentro do Estado de Goiás.

5.2.9. Após a conclusão da etapa de instalação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar documentação técnica da solução (As Built), contendo: topologia física e lógica da rede, descrição de equipamentos e circuitos de comunicação de dados, descrição dos níveis mínimos de serviços contratados, dados para acesso ao portal de monitoramento dos serviços e dados para abertura de chamados de suporte técnico.

5.2.10. A CONTRATADA deverá também realizar repasse de conhecimento sobre a solução implantada na SJGO e SSJ's, com enfoque no funcionamento, configuração e monitoramento dos equipamentos **SD-WAN**.

5.2.11. A CONTRATADA se responsabilizará pela implantação, nas unidades da CONTRATANTE, de toda a infraestrutura necessária à configuração dos canais de comunicação. Dentre os itens de infraestrutura a serem fornecidos pela CONTRATADA, caso seja necessário, estão:

- Construção/reforma de caixas de passagem, instalação de dutos entre a caixa de passagem e a SJGO/SSJ, lançamento de cabos, e recomposição de calçada quando for necessário. Não estão incluídas neste item obras internas nas unidades da SJGO/SSJ, como lançamento de canaletas e recomposição de gesso.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: O prazo de execução será iniciado a partir da emissão da Ordem de Serviço.;

6.1.2. A contratação deverá englobar a prestação de serviços de rede de longa distância (WAN) para manter a interligação da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), em Goiânia, às suas unidades metropolitanas e a todas as suas Subseções Judiciárias no interior do estado de Goiás (SSJ), por meio da disponibilização de recursos de conectividade via links MPLS e links Internet com IP dedicado, para suprir as demandas de tráfego de dados, voz e videoconferência da rede corporativa de comunicação da **Justiça Federal de Goiás - JFGO**.

6.1.3. Cada subseção será atendida por um link internet e por um link MPLS a serem fornecidos pela CONTRATADA.

6.1.4. Para que o tráfego corporativo seja protegido quando trafegar pela internet e pelos links MPLS, será exigida criptografia dos meios conforme abaixo:

6.1.4.1. Criptografia do tráfego nos links MPLS;

6.1.4.2. Links internet: Utilização de túneis VPN IPSEC ponto a ponto entre os equipamentos SD-WAN Tipo 2 das SSJ's e o equipamento SDWAN Tipo 1 na SJGO.

6.1.5. Os túneis VPN serão centralizados nos equipamentos SD-WAN da CONTRATADA sediados na Seção Judiciária de Goiás.

6.1.6. A CONTRATADA fornecerá um link MPLS na Capital agregando os links MPLS das SSJ's;

6.1.7. Os túneis VPN IPSEC ponto a ponto, partindo dos links internet da CONTRATADA nas SSJ's, serão direcionados a dois links internet na Capital fornecidos pela CONTRATANTE;

6.1.8. A nova solução de comunicação de dados entre a **SJGO** e suas **SSJ** utilizará equipamentos com a tecnologia **SD-WAN** com o objetivo de balancear o tráfego e tratar falhas, de forma automática, nos links MPLS e Internet para garantir continuidade de operação, mesmo com falha em um dos meios, e otimizar ao máximo o uso da rede.

6.1.9. A Seção Judiciária de Goiás, CONTRATANTE, está localizada em Goiânia, enquanto suas Subseções Judiciárias estão em cidades do interior do estado de Goiás.

6.1.10. A relação das unidades da Justiça Federal de Goiás que deverão pertencer à rede é apresentada no abaixo:

LOCAL	SITE	ENDEREÇO	CONTATO
Goiânia	Edifício Sede	Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090	(62) 3226-1642
Goiânia	Almoxarifado	Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 06, Setor Empresarial, CEP: 74583-350	(62)3226-1642



LOCAL	SITE	ENDEREÇO	CONTATO
Anápolis	ANS	Av. Universitária, Quadra 02, Lote 05, Jardim Bandeirante, CEP: 75083-035	(62) 4015-8612
Formosa	FRM	Rua Itiquira, nº 1000, esq. com Rua Lindolfo Gonçalves, Setor Nordeste, CEP: 73807-145	(61) 3631-4416
Itumbiara	IUB	Avenida João Paulo II, nº 185 (Térreo do Edifício do Fórum), Bairro Ernestina Borges de Andrade, CEP 75528-370	(64) 2103-6402
Jataí	JTI	Rua Nicolau Zaidem, nº 1135, Qd. 45 (antigo Fórum da cidade), Vila Fátima, Centro, CEP 75803-055	(64) 2102-2102
Luziânia	LZA	Rua Dr. João Teixeira, Quadra 73, Lote 21-A, nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, CEP: 72.800-440	(61) 2104-3507
Rio Verde	RVD	Av. Universitária, Quadra 11, Lote 17-B, nº 359, Jardim Presidente, CEP: 75901-970	(64) 3211-8601
Uruaçu	URC	Av. Tocantins, nº 17, Qd. 07, Lt.16, Setor Central, CEP: 76400-000	(62) 3357-1070

6.1.11. Em situações normais, os tráfegos de sistemas e serviços corporativos, além dos tráfegos multimídia de telefonia IP e videoconferência devem ser balanceados entre as redes **MPLS** e **VPN IPSEC**.

6.1.12. Em situações de falha o tráfego será direcionado para o link remanescente, de forma automática e transparente, sem interrupções de quaisquer dos serviços da rede corporativa.

6.1.13. A appliance SD-WAN deverá ser capaz de utilizar perfis de tráfego para configuração do encaminhamento do tráfego e da contingência em casos de falha.

6.1.14. A prestação dos serviços descritos deverá ser considerada em contrato com **vigência de 30 (trinta) meses**, a partir da data de recebimento definitivo da solução.

6.1.15. A prestação dos serviços será baseada no modelo de remuneração em função dos resultados apresentados, em que os pagamentos serão feitos após mensuração e verificação de métricas quantitativas e qualitativas, contendo indicadores de desempenho e metas, com **Nível Mínimo de Serviço (NMS)** definido no Anexo I desta especificação técnica, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços.

6.1.16. Os serviços a serem prestados incluem, ainda, a elaboração prévia de um Projeto Executivo de rede, a ser analisado pela equipe técnica da Seção Judiciária de Goiás para aprovação, conforme especificações incluídas neste documento. Esse documento deverá conter, no mínimo:

- Definição de topologias físicas e lógicas;
- Plano de Endereçamento;
- Plano de balanceamento do tráfego;
- Parâmetros de qualidade de serviço;
- Dimensionamento de enlaces e interfaces de comunicação.

6.1.17. Todas as especificações técnicas contidas nesse documento deverão estar plenamente disponíveis na solução fornecida, sem necessidade de quaisquer outras aquisições, tais como versões de softwares, peças ou dispositivos complementares.

6.1.18. Não haverá aquisição de equipamentos, incluindo roteadores, modems, appliances **SD-WAN** e demais ativos de rede. Deverá ser considerado o aluguel dos mesmos juntamente com a prestação dos serviços de telecomunicações como parte integrante da solução contratada.

6.1.19. A infraestrutura de rede da CONTRATADA (backbone, POPs, equipamentos internos, roteadores PE, etc.) deverá ser redimensionada e preparada para suportar serviços solicitados pela Seção Judiciária de Goiás, mantendo os níveis de desempenho especificados, de acordo com o **Anexo I – Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**.

6.1.20. Não há perspectiva de crescimento do número de sítios durante a vigência do contrato. Entretanto a CONTRATADA deverá se comprometer com o atendimento eventual de futuros sítios, a critério da **JFGO**, nas mesmas condições técnicas e de preço oferecidos para o objeto deste edital, bem como expansão de bandas de comunicação, respeitados os limites legais e técnicos, bem como os prazos estipulados no **Anexo I - Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**. Da mesma maneira, a **JFGO** poderá solicitar a desativação do serviço prestado a qualquer sítio, bem como mudança de local de prestação dos serviços. Entende-se por mudanças de local de prestação dos serviços a mudança de endereços de instalação dos equipamentos e acessos dentro do Estado de Goiás.

6.1.21. Após a conclusão da etapa de instalação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar documentação técnica da solução (As Built), contendo: topologia física e lógica da rede, descrição de equipamentos e circuitos de comunicação de dados, descrição dos níveis mínimos de serviços contratados, dados para acesso ao portal de monitoramento dos serviços e dados para abertura de chamados de suporte técnico.

6.1.22. A CONTRATADA deverá também realizar repasse de conhecimento sobre a solução implantada na SJGO e SSJ's, com enfoque no funcionamento, configuração e monitoramento dos equipamentos **SD-WAN**.

6.1.23. A CONTRATANTE deverá ter acesso do tipo leitura nos roteadores MPLS da SJGO e das Subseções Judiciárias (caso sejam instalados).

6.1.24. A CONTRATANTE deverá ter acesso do tipo leitura nos appliances SD-WAN para os parâmetros de configuração de

balanceamento e manipulação de rotas com base nos critérios de latência, jitter e descarte de pacotes.

6.1.25. Por acesso entende-se permissão de ingresso utilizando interface web utilizando https, linha de comando utilizando ssh, possibilidade de obtenção de dados via SNMP e syslog.

6.1.26. Mesmo para as situações em que a CONTRATANTE possuir acesso de escrita, a CONTRATADA não estará isenta de oferecer suporte para qualquer necessidade em que seja necessário acionar o fabricante, bem como em casos de indisponibilidade, substituição do hardware ou partes dos hardwares, atualização do firmware entre outras possíveis situações. Neste caso, a CONTRATADA também deverá fornecer os relatórios solicitados para aferição de NMS pela SJGO.

6.1.27. Todos os equipamentos e links devem suportar tanto IPv4 quanto IPv6, sendo que este último deve estar implementado de forma nativa em pilha dupla.

6.1.28. Deverão suportar o respectivo tráfego da banda completamente ocupada sem degradação do desempenho, atendendo aos níveis de serviço pretendidos. Para isso deverão apresentar configuração de memória, de CPU e capacidade de vazão compatíveis (de forma qualitativa e quantitativa) com as características e componentes desta especificação.

6.1.29. Deverão possuir fonte de alimentação compatível com de tensão de entrada 220 VAC a 60Hz.

6.1.30. A CONTRATANTE disponibilizará circuitos elétricos e ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de racks para acomodar os equipamentos nas Subseções Judiciárias.

6.1.31. A CONTRATANTE fornecerá espaço em seus racks na Capital.

6.1.32. Os appliances SD-WAN da SJGO e de todas as Subseções Judiciárias devem ser do mesmo fabricante para que a solução de gerência seja única e as configurações possam ser aplicadas em todos os dispositivos de forma unificada.

#### **Formas de transferência de conhecimento**

6.2. A CONTRATADA deverá também realizar repasse de conhecimento sobre a solução implantada na SJGO e SSJ's, com enfoque no funcionamento, configuração e monitoramento dos equipamentos **SD-WAN**.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.3. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.4. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.4.1. Ordem de Serviço;

6.4.2. Ata de Reunião;

6.4.3. Ofício;

6.4.4. Sistema de abertura de chamados;

6.4.5. E-mails e Cartas;

#### **Formas de Pagamento**

6.5. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

#### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.6. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.7. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Confidencialidade, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS III.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Reunião Inicial**

7.4. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.5. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até **3 (três) dias** úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.5.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.5.1.1. Presença do representante legal da contratada;

7.5.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.5.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.5.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.5.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### **Fiscalização**

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.7. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

7.8. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### **Gestor do Contrato**

7.9. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Níveis Mínimos de Serviços (NMS), conforme previsto no Anexo I da Especificação Técnica, Anexo II deste instrumento, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 8.2.1. não produzir os resultados acordados;
  - 8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 8.4.1. *Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace (IDM)*;
  - 8.4.2. Índice de Disponibilidade Mensal da VPN (IDMV);
  - 8.4.3. Taxa Perda de Pacotes (TPP);
  - 8.4.4. Latência da Rede (LR);
  - 8.4.5. Prazo de Reparo / Restabelecimento de um Enlace (PR);
  - 8.4.6. Prazo de Reparo / Restabelecimento da VPN (PRV);
  - 8.4.7. Prazo para Alteração da Taxa de Transmissão de um Enlace (PAT);
  - 8.4.8. Prazo de Atendimento a Novos Endereços (PAN).

#### **Do recebimento**

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **2 (dois) dias** após a realização de testes bem sucedidos no lote entregue, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **2 (dois) dias** após Período de funcionamento experimental do lote, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e

documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. Testes dos Circuitos

8.19.1.1. Após a ativação de cada um dos circuitos terá início a fase de testes, requisito para aceitação;

8.19.1.2. Não existe prazo definido para realização dos testes, que poderão se estender até perfeito funcionamento do circuito;

8.19.1.3. Os equipamentos serão recusados caso sejam entregues com especificações diferentes das constantes do Edital ou da proposta da CONTRATADA ou quando apresentarem defeito durante os testes de conformidade;

8.19.2. Os testes de aceitação dos serviços de rede serão compostos, no mínimo, por testes de:

8.19.2.1. Testes de Conectividade e Funcionamento;

8.19.2.2. Testes da solução de gerência da rede;

8.19.2.3. A aceitação ocorrerá caso os resultados dos testes estejam conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência;

8.19.3. Testes de Conectividade e Funcionamento;

8.19.3. Um enlace da rede será considerado aceito, nos **testes de conectividade**, caso:

8.19.3.1. Os indicadores Taxa Perda de Pacotes (TPP) e Latência da Rede (LR) estiverem dentro dos , níveis mínimos de serviço (NMS) indicados no Anexo I do Anexo II ao termo de referência;

8.19.3.2. A transação padrão de um sistema corporativo on-line, a ser definido pela CONTRATANTE, puder ser completada com sucesso, dentro das características da aplicação;

8.19.3.3. For possível a navegação pela Intranet da CONTRATANTE;

8.19.3.4. Para o serviço de voz sobre IP (VoIP) for possível originar e receber ligações,

8.19.3.5. Um enlace da rede será considerado aceito, nos testes da solução de gerência de rede, caso se mostrem presentes as funcionalidades e relatórios, do sistema de gerência da CONTRATADA, exigidos no Item 11 da Especificação Técnica;

#### **Liquidação**

8.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.22. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.22.1. o prazo de validade;

8.22.2. a data da emissão;

8.22.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.22.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.22.5. o valor a pagar; e

8.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.23. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.24. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no

edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.30. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *ICTI* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.35. Independentemente do percentual de tributo informado pela empresa, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

8.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.37.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.38. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *menor preço*.

#### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

#### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

#### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**



- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedoror>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 9.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
  - 9.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
  - 9.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação*.
- 9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- #### **Qualificação Técnica**
- 9.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ;

9.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1. Por ocasião da licitação, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou (ou está prestando) serviços de comunicação de dados com uso de tecnologia MPLS e SDWAN.

9.28.2. Ao menos um atestado deverá cumprir integralmente a exigência acima, não serão admitidos dois atestados para somar duas localidades.

9.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado mensal da contratação é de **R\$ 52.142,97 (cinquenta e dois mil cento e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos)**, e anual de **R\$ 625.715,64 (seiscentos e vinte e cinco mil setecentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho 02061003342570001 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0010 - Ações de Informática, Natureza da Despesa 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ).

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. INFORMAÇÕES

12.1. As dúvidas e informações quanto às ESPECIFICAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, devem ser dirimidas com o Nutec pelo e-mail: [nutec.go@trf1.jus.br](mailto:nutec.go@trf1.jus.br).

12.2. Eventuais dúvidas e informações relacionadas ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO poderão ser dirimidas com a Selit através do e-mail: [selit.go@trf1.jus.br](mailto:selit.go@trf1.jus.br);

**ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: Nágella Mendes de Queiróz**

**CONFERÊNCIA E REVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: Soraya Maria Leal Yoshioka**

Este Termo de Referência classifica-se como documento de interesse público, podendo ser acessado seu inteiro teor nos sites [www.jfgo.jus.br](http://www.jfgo.jus.br) ([edital](#), [anexos](#)) e <https://www.gov.br/compras/pt-br> por todos os interessados nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

## ANEXOS

I - Estudo Técnico Preliminar (21048272)

ANEXO I - Planilha de formação de preços

ANEXO II - Modelo de Execução do Objeto

II - Especificações Técnicas (21048276)

ANEXO I – Níveis mínimos de serviço (NMS)

ANEXO II – Glossário

III - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Confidencialidade (20579082)



Documento assinado eletronicamente por **Nagella Mendes de Queiroz, Auxiliar Judiciário**, em 05/08/2024, às 13:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21048571** e o código CRC **97BC2C84**.

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - [www.trf1.jus.br/sjgo/](http://www.trf1.jus.br/sjgo/)

0006246-79.2023.4.01.8006

21048571v3